

# FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

<https://doi.org/10.4215/rm2020.e19015>

Eliseu Savério Sposito <sup>a\*</sup> - Maria Encarnação Beltrão Sposito <sup>b</sup>

(a) Dr. em Geografia. Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP), São Paulo (SP), Brasil.

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2340-9290>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/8520043515434606>.

(b) Dra. em Geografia. Professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP), São Paulo (SP), Brasil.

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0421-7253>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/4150193798058154>.

## Article history:

Received 13 April, 2020

Accepted 20 April, 2020

Publisher 15 June, 2020

## (\*) CORRESPONDING AUTHOR

**Address:** Rua José Levy Guedes, 606. CEP 19060-260, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

**E-mail:** [essposito@gmail.com](mailto:essposito@gmail.com)

## Resumo

O conceito de fragmentação pode ser visto, como analisamos neste artigo, por meio diferentes concepções, seja considerando-o como conceito polissêmico ou multifuncional. A nossa proposta, para ir além disso, é ensaiar base conceitual com maior precisão, partindo de autores que já trabalharam o tema, em recorte urbano no que consideramos a periferia do capitalismo. Levando em consideração as inúmeras possibilidades de diálogo, a partir das ideias de vários autores em diversas áreas do conhecimento (Geografia, Sociologia e Arquitetura), delimitamos o diálogo com diferentes escolas desde o ponto de partida para chegarmos, no final, a uma interpretação do conceito, adotando a expressão fragmentação socioespacial.

**Palavras-chave:** Fragmentação Socioespacial, Urbanização Contemporânea.

## Abstract / Resumen

### SOCIOESPACIAL FRAGMENTATION

The concept of socio-spatial fragmentation can be seen, as analyzed in this article, through different conceptions, be it considering as a polysemous or multifunctional concept. Our attempt, to go beyond that, is to rehearse a conceptual proposal more precisely, starting from authors who have already worked on the subject/topic, in urban cutting concerning the periphery of capitalism. Bearing in mind the innumerable possibilities for dialogue, from several authors' ideas in different areas of knowledge - Geography, Sociology and Architecture - we have outlined dialogue with a number of schools from the start ultimately to arrive to an interpretation of the concept, adopting the expression socio-spatial fragmentation.

**Keywords:** Socio-Spatial Fragmentation, Contemporary Urbanization.

### FRAGMENTATION SOCIO-SPATIALE

Le concept de fragmentation socio-spatiale peut être examiné, comme nous l'analysons dans cet article, à travers différentes approches, c'est-à-dire comme un concept polysémique ou multifonctionnel. Pour dépasser ces points de vue. Notre tentative est de évaluer une proposition conceptuelle avec plus de précision à partir d'auteurs qui ont déjà travaillé sur le thème, dans un contexte urbain que nous considérons comme la périphérie du capitalisme. Compte tenu des innombrables possibilités de débat/dialogue/d'échange, basées sur les idées de plusieurs auteurs issus de divers domaines de la connaissance (géographie, sociologie et architecture), nous esquissons le dialogue avec différentes écoles au départ, pour arriver, au final, à une interprétation du concept, en adaptant l'expression fragmentation socio-spatiale.

**Palabras-clave:** Fragmentation Sociospacial, Urbanisation Contemporaine.

## INTRODUÇÃO

Este texto é baseado na experiência que, nós, seus autores temos com o desenvolvimento de projeto de pesquisa voltado à compreensão da urbanização brasileira, a partir do conceito de fragmentação, que adjetivamos como socioespacial. Sendo seu objeto central, a palavra fragmentação vai aparecer várias vezes neste texto, mas nem sempre com o adjetivo que adotamos. Aparecerá tout court, bem como acompanhada de outros qualitativos, conforme as escolhas feitas pelos autores citados.

Para desenvolver a temática, inicialmente apresentamos alguns apontamentos que indicam nossa opção por este conceito que não tem uma única acepção em sua descrição, mas é adotado, ao longo do tempo, segundo diferentes concepções que podem ser identificadas pelas ideias tanto de diversos autores como por áreas do conhecimento.

As ideias daqueles com os quais estabelecemos diálogo estão organizadas, inicialmente, por duas perspectivas que estabelecemos em relação ao conceito. A primeira refere-se à polissemia que o caracteriza e, para tratar desse perfil, trabalhamos com Guzmán e Hernández (2013), Rhein e Elissalde (2004), Santos (1990), Lefebvre (1989), Rémy (2002), Navez-Buchanine (2002), com quem o diálogo permanece, quando tratamos de outros enfoques.

A segunda perspectiva diz respeito à multidimensionalidade do conceito de fragmentação. É exposta, neste artigo, a partir de Sposito e Góes (2013) – livro produzido no âmbito do grupo a que pertencemos e que estuda a fragmentação socioespacial em cidades médias – para dialogar com Navez-Bouchanine (2002) e Rémy (2002).

Expostas nossas ideias sobre a polissemia e a multidimensionalidade do conceito, procuramos buscar maior precisão conceitual para a ideia de fragmentação e, para isso, trabalhamos com Paquet (2002), Séguin (2011), Gervais-Lambony (2001), Prévôt-Schapira (2008) e Salgueiro (2001).

Quando enfocamos o conceito na periferia do capitalismo, a opção foi pelos países “do sul”, como está claro em Navez-Bouchanine (2002) que traz Edward Soja, David Harvey, Saskia Sassen e Peter Marcuse. Nesta seção, temos diálogo com Prévôt-Schapira e Pineda (2000), Haeringer (1991), Dardot e Laval (2016), Catalão e Magrini (2016), e Harvey (2016) para, então, voltar a Lefebvre (2001).

Como há inúmeras possibilidades de enfoque, a partir dos autores que dele tratam em diversas áreas do conhecimento, delineamos nossos argumentos a partir da Geografia, da Sociologia, da Arquitetura e da Filosofia para, ao final, apresentar alguns recortes analíticos e perspectivas metodológicas que valorizamos para que a compreensão do conceito ocorra por meio de seus elementos tanto materiais quanto simbólicos.

Esse caminho para a construção do pensamento – do conceito para chegar aos recortes analíticos e caminhos metodológicos – decorre da reflexão que apresentamos no projeto de pesquisa em desenvolvimento, intitulado “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos”, o que nos impulsionou a enfrentar a complexidade do conceito, porque ele “abarca inúmeras formas de diferenciação socioespacial [...] em especial aquelas que decorrem das múltiplas desigualdades que marcam as experiências urbanas dos cidadãos no Brasil” (Sposito, 2018, p. 5-6).

## O CONCEITO DE FRAGMENTAÇÃO: DIFERENTES CONCEPÇÕES

A análise da diferenciação espacial, seja ela relativa à dimensão econômica, social, cultural ou política vem sendo, historicamente, importante para os profissionais voltados ao estudo da urbanização e das cidades. Convergências e divergências, consensos e conflitos, coalizões e contradições de diferentes ordens vêm sendo explicitados, seja por meio do estudo da segregação e da autosegregação socioespaciais, seja por intermédio da apreensão das formas e manifestações de inclusão e exclusão socioespaciais, dinâmicas que devem ser vistas associadas ao processo de fragmentação socioespacial, mas que, muitas vezes, são apresentadas de modo superficial como sinônimos dele. Nossa compreensão é de que tais processos (segregação, autosegregação, exclusão e diferenciação adjetivados como urbanos, espaciais, socioespaciais etc.) compõem o de fragmentação socioespacial, em múltiplas formas

de combinação e consoante as realidades urbanas tomadas como referências.

A partir dessa posição, rejeitamos a compreensão de que são processos de mesmo tipo, o que autorizaria a adotá-los como sinônimos. Nosso ponto de partida é que há matizes que os distinguem e, mais que isso, o de fragmentação socioespacial, conceito mais recente, pode abarcar os demais, sem com isso superá-los ou descartá-los, mas sim incorporando-os na reflexão.

Convidamos o leitor a refletir conosco, buscando maior precisão conceitual na adoção da ideia de fragmentação socioespacial.

## UM CONCEITO POLISSÊMICO

Já indicamos em mais de uma publicação (SPOSITO, 2011; SPOSITO e GÓES, 2013; SPOSITO, 2018) que o termo “fragmentação” é polissêmico e que a ele se atribuem muitos conteúdos, pois vem sendo adotado para tratar de processos contemporâneos de diferentes matizes e, muitas vezes, é uma ferramenta conceitual usada tanto para analisar dinâmicas gerais, na escala mundial, substanciadas pela globalização contemporânea, como para explicar mudanças nas formas de estruturação espacial das cidades, numa miríade de possibilidades e situações espaciais. Desse modo, é um conceito multiescalar, mas é necessário, sempre, que o pesquisador deixe claro tanto os planos analíticos que vai privilegiar como as escalas geográficas que elegerá em sua pesquisa.

Buscando uma definição, Guzmán e Hernández (2013), com recorte pela Arquitetura, também destacam que um dos aspectos que deles chama atenção é o caráter polissêmico da palavra fragmentação. Mesmo partindo desse pressuposto, os autores associam-na à metropolização, limitando as possibilidades de compreensão da fragmentação em suas bases concretas e como conceito (SPOSITO, 2004) já que restringem, de algum modo, a escala geográfica de sua aplicação.

Para eles, tendo como base a forma, a fragmentação pode, como processo territorial, ser formada por três subprocessos: fragmentação social, fragmentação física e fragmentação simbólica, o que guarda certa similitude com a posição de Prévôt-Schapira (2001), que será analisada adiante mas, ao mesmo tempo, dela se distingue pela perspectiva adotada pelos dois autores.

Para Guzmán e Hernández (2013), na cidade moderna do meio do século XX, a fragmentação serve como parâmetro de comparação entre as “patologias urbanas” e o “ideal de cidade”. Na cidade pós-moderna serve como base de “comparação entre as desigualdades sociais, econômicas, culturais e étnicas, que por consequência se refletem no espaço e, concretamente, nas cidades”. A partir daí, as diferenças sociais, econômicas ou culturais indicam as transformações inferidas pelo uso do conceito que se amplia, inclusive “...para interpretar o comportamento social dos cidadãos e sua percepção do espaço urbano” (p. 44).

Estabelece-se, assim, certa correlação entre a cidade e organismos vivos, ao adotarem a ideia de “patologia urbana” e frisam mais o papel dos indivíduos do que dos grupos e instituições. Privilegiam mais a forma que o conteúdo e mostram que os modelos urbanos depreendidos são: a cidade em rede, a extensão dos bairros privados, as novas centralidades e os arquipélagos urbanos.

Ainda que esse seja o foco principal de Guzmán e Hernández (2013), eles também apontam os aspectos sociais da fragmentação e da segregação, que são: a diferenciação social, a identificação social e a identificação territorial.

Rhein e Elissalde (2004) afirmam que, “na análise urbana, insistir apenas no aspecto da fragmentação é ocultar a dimensão das trocas, dos encontros, da mistura social que está na base de toda vida social” (p. 125). É preciso “considerar as diferentes posturas dos atores engajados nos diagnósticos sobre o estado da sociedade urbana e sobre as relações entre essas posturas, os engajamentos sobre os quais elas se fundam e as leituras que seus atores propõem” (p. 125). Por esta perspectiva, pode-se depreender que, para esses autores, igualmente a fragmentação é mais forma do que conteúdo, ou seja, é apreendida no plano do tecido urbano, razão pela qual advertiram que seria necessário ir além deste conceito para contemplar os atores engajados.

Para Navez-Bouchanine (2002), autora que realizou importante trabalho de síntese bibliográfica sobre o tema, há também a fragmentação relativa à forma urbana na escala da cidade, compreendida como resultado de um “trabalho ‘interno’, no interior de uma unidade definida: o zoneamento, a especialização, o fim dos tecidos ‘mistos’, os principais elementos focados na crítica da cidade em

pedaços ou em mosaico, pela ótica do funcionalismo estreito e totalizante” (p. 56). As “separações físicas induzidas pelo planejamento, notadamente aquelas que concernem à circulação e às rupturas na paisagem, são igualmente designadas como geradoras de fragmentação da cidade tradicional” (p. 57). No entanto, tendo em vista sua visão apoiada em vários autores, ela busca superar a ênfase nas formas.

Com efeito, esta visão pode ser considerada relativamente estreita, pois grande parte da literatura não toma a fragmentação apenas no plano da forma urbana, muito ao contrário, considera fundamental relevar vários planos analíticos que se articulam para entender o processo que é bastante complexo.

A polissemia pode ser vista, também, pela “...noção de micro-fragmentação [que] é uma das formas mais recentes expressas por esta tendência e designa (...) justaposição de espaços muito limitados e circunscritos, socialmente especializados, que mostram, na ruptura social, a ausência de trocas e de relações sociais” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 57). É identificada, ainda, pela leitura fractal, menos frequente, sem geometria global, pois a cidade aparece com morfologia irregular, fragmentada e sem organização global. Aí o desenvolvimento não é visto como um processo de estruturação hierarquizado, mas apenas como ‘replicação’ (p. 60).

Para Lefebvre (1989), o conceito de fragmentação também é utilizado em sentido polissêmico, ideia que se tornou base de muitos estudos em sua linha epistemológica. Esse autor parte de ampla crítica à modernidade, tratando das “crises sociais engendradas pela evolução do capitalismo”. Nesse contexto, o conceito de fragmentação tem “sentidos próximos e mais ou menos sinônimos” de acordo com a utilização da ideia de “cidade explodida”, que ganha estatuto de “um tipo de encurtamento da evolução problemática e negativa do urbano e da sociedade” (p. 41). Lefebvre mostra, então que não há, por essas razões, “especificidade ou originalidade do termo fragmentação” dado que “...ele se adapta perfeitamente na análise dominante quando não a orienta” (p. 41). Ainda que trate da “cidade explodida”, metáfora que pode aludir mais à forma, o autor refere-se ao urbano e não apenas à cidade. Ao associar a fragmentação às crises do capitalismo, Lefebvre indica que o conceito de fragmentação contempla tanto forma como conteúdo. Esse contorno que ele dá ao conceito de fragmentação diferencia-o dos outros autores citados.

Santos (1990), ao intitular um de seus livros como “Metrópole Corporativa Fragmentada”, introduz esta ideia na Geografia brasileira. Na seção denominada ‘Imobilidade relativa e fragmentação da metrópole’, ele trata das dificuldades de transportes para os que habitam a periferia e enfoca a tendência à extensão territorial associando-a ao aumento “...dos diferenciais de preços relativos não apenas entre o centro e a periferia” (p. 90), mas não chega a desenvolver o conceito de fragmentação, embora, em nossa opinião, apresente muitos elementos para se refletir sobre ele, inclusive porque, na Introdução, destaca a importância da Economia Política para a Geografia Urbana, frisando que “...a própria cidade, como materialidade, tem que ser colocada na frente da cena, porque ela se impõe aos demais figurantes como uma estrutura de enquadramento”. Em outras palavras, a cidade “é um dado dinâmico” fundamental para entender a “própria vida social” (p. 11).

A polissemia que envolve a adoção da ideia de fragmentação não termina nesta altura do nosso diálogo. Ela poderia ser ampliada com outros argumentos, mas vamos tentar adensar nossa discussão abordando a multidimensionalidade deste conceito.

## UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL

Parte da amplitude e da polissemia do conceito está associada ao fato de que ele se refere a múltiplas dimensões, visto que pode ser abordado a partir de várias naturezas de diferenças e formas de separação no espaço. Não sem razão, então, a ele associam-se vários adjetivos.

Navez-Bouchanine (2002) é quem melhor mostra sua multidimensionalidade. A fragmentação, baseada nas diferenças socioeconômicas, significa uma “reimbricação forte do econômico e do social, atuando sobre diversas formas de proximidade e de co-presença no espaço” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 65). Os limites a essa fragmentação seriam: a) a inércia física e temporal (p. 66); b) as características sócio-demográficas; c) os efeitos próprios dos territórios na reprodução social considerados como geradores da fragmentação (p. 68, grifo da autora). Para ela, a fragmentação associada às mudanças econômicas é, geralmente, vista como negativa. São consideradas as novas formas de regulação e de formação de rendas e o papel dos sistemas de trabalho, por exemplo,

valorizando-se a diferenciação, no espaço urbano, dos efeitos da localização residencial de acordo com o preço do solo e, por outro lado, as condições de emprego (formal ou informal, sua incidência na cidade, os conjuntos residenciais populares etc.).

Em direção semelhante e acrescentando outros pontos, Sposito e Góes (2013) consideram que, no período da globalização, a “homogeneização de espaços e pessoas se combina com os esforços de diferenciação” para os agentes que constroem “barreiras materiais” e adotam “estratégias de separação e controle em relação aos outros”, levantando a necessidade de se manter a “segurança e o status”. Isto tem rebatimento no fenômeno urbano do “crescimento das cidades médias” com o aumento de suas extensões territoriais, opostamente ao “enfraquecimento das relações entre cidadãos” (p. 294-295). Esse movimento é resultado do processo de autosegregação que se intensifica, indicando que esta é uma das dimensões da fragmentação socioespacial, nos espaços urbanos, ainda que não a única. Desse ponto de vista, tanto a multidimensionalidade é atribuída ao conceito, como se reconhece sua multiescalaridade.

A fragmentação de base cultural é observada tendo como ameaça ao direito à diferença que, se não há, constitui-se limite à vida urbana. É tomada, também, sob a dimensão cultural, como modo segundo o qual nós a apreendemos, ou seja, como ocorre a percepção de condutas e práticas de fragmentação. Essas são abordagens de caráter mais etnográfico ou antropológico, muito importantes nos estudos urbanos e para a compreensão da fragmentação (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002).

Para a mesma autora, a fragmentação social é vista a partir das transformações sociais dadas pela modernidade avançada ou pós-modernidade, ou mesmo como consequências do pós-fordismo. Um dos traços da pós-modernidade é seu caráter fragmentado característico do fim das grandes narrativas. O marketing propicia a diferentes grupos criarem seus próprios códigos. As relações entre o social e o espacial mudam profundamente: deslocalização/desterritorialização com reciprocidade na realocação/reterritorialização. As novas ligações são fluidas, plurais, estendendo-se no tempo e no espaço.

Como também poderíamos pensar em relação à polissemia tratada na seção anterior, a multidimensionalidade pode ser vista por certa ambiguidade ou duplicidade epistemológica que o termo enseja. Rémy (2002) lembra que a fragmentação pode ser descritiva ou interpretativa. No primeiro caso, “pode conter informações sobre a distribuição espacial das populações”; “assim, um grupo pode estar fragmentado porque se encontra distribuído entre diferentes espaços”. Quando se trata do segundo caso (interpretativa), a fragmentação seria a descrição da dispersão espacial que implicaria no fato de que um grupo se dilui e perde sua coerência” (p. 106). Além disso, ele considera que “a coesão resulta não da contiguidade física, mas de trocas e de encontros em interstícios pouco visíveis” (p. 107), o que deixa transparecer pouca confiança na necessidade de se cunhar um novo conceito, talvez por não haver clara fragmentação, em que pese a perda de certa contiguidade física que marcou a cidade do passado.

Nesta direção, ele põe em xeque continuamente o conceito ao frisar que, em termos metodológicos, “o essencial é encontrar o bom registro de distância-proximidade e as atividades ao redor dos quais as trocas podem se ligar” (Rémy, 2002, p. 107). Esse autor, com suas contribuições na Sociologia afirma que, além do mais, “o habitar é plural: uma mesma pessoa pode se sentir, em sua cidade, em vários lugares. A densidade de interações não repousa na continuidade do espaço físico” porque “a cidade não é mais necessariamente um espaço compacto” (p. 108). Os deslocamentos, outro aspecto a se considerar em termos metodológicos, são realizados em ritmos diferentes e podem conter representações diferentes de lugares diferentes, permitindo a conexão de lugares diferentes, centros descontínuos, por exemplo.

Para Rémy (2002), “a multiplicação de objetos técnicos cria, além do mais, cadeias de interdependência cada vez mais amplas” e em diferentes escalas espaciais (p. 110), além de atores com diferentes intensidades de atuação. Ele afirma que o “termo fragmentação parece carregado de pressupostos que limitam a liberdade de análise e de interpretação de fenômenos novos” (p. 105). Citando B. Poche (1985), lembra que “a fragmentação não é a consequência de uma desagregação, mas uma propriedade de base da vida social” pois “a dinâmica coletiva repousa sobre a constituição de universos particulares que são os lugares onde se forja a intercompreensão” (p. 105). A mediação política emerge por esse caminho, sendo o Estado importante para a sociedade civil que não se reduz a ele, mas dele necessita. Talvez a posição menos cômoda de Rémy (2002) em relação ao uso do conceito esteja associada ao fato de que toma como referência para sua reflexão a realidade europeia, em que a

fragmentação, que consideramos socioespacial, é menos intensa do que aquela que podemos observar em outros territórios, como mostraremos adiante.

Enquanto a fragmentação socioespacial é pautada no acesso desigual dos diferentes segmentos sociais aos serviços e espaços urbanos, bem como nas relações de protagonismo e distribuição de poder na condução dos rumos das cidades, num contexto no qual a defesa da propriedade privada e do valor de troca é fundamental para a própria reprodução do capitalismo (HARVEY, 2014), a busca pelo direito à cidade parte do entendimento de que é preciso recuperar a dimensão coletiva e integrada da vida urbana, não no sentido do retorno à cidade tradicional, mas naquele relativo a uma vida urbana renovada e transformada (LEFEBVRE, 2001).

Independentemente da intensidade com que ocorre em cidades de diferentes formações socioespaciais, pelo exposto, podemos concluir que a pluralidade de acepções do conceito, sua multidimensionalidade e sua multiescalaridade indicam, simultaneamente, que ele é complexo, mas deve ser adotado com critério e acuidade, para que a “polissemia” não seja a base de seu próprio enfraquecimento. Para contribuir para que a ideia de fragmentação atinja o status de conceito é fundamental avançar na discussão.

## **POR UMA MAIOR PRECISÃO CONCEITUAL DA EXPRESSÃO FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Nas bases das pesquisas que estamos realizando, a fragmentação socioespacial é compreendida, por nós, como processo e não como fato ou consequência. Esse seria, então, nosso ponto de partida no plano conceitual, ou seja, reconhecer sua essência, o que leva a um conjunto de questões:

- Quais seriam os componentes do processo de fragmentação socioespacial?
- Como ele se origina e se constrói como conceito?
- No que ele se distinguiria de formas anteriores de diferenciação socioespacial em espaços urbanos?
- Como ele se articula ao conceito de segregação e dele se distingue?

Paquot (2002) partiu da definição de ‘fragmento’ para iniciar o debate sobre a fragmentação. Para ele, esta palavra designa o pedaço de um todo que pode ser fracionado. Adotar a ideia de fragmentação teria, então, como pressuposto a interpretação de que o espaço pode ou poderia formar um todo homogêneo.

No entanto, a cidade contemporânea é uma forma fragmentada, mais do que a cidade terá sido em épocas pretéritas (antigas, medievais, modernas). Voltando até à Antiguidade, por meio de uma leitura filosófica do termo, Paquot (2002) refere-se aos fragmentos de Heráclito. Para esse filósofo, os fragmentos formam uma unidade que revela natureza diferente deles: ao formar um sistema, eles aparecem diferentemente de quando são vistos separadamente, condição em que são obscuros; no entanto, quando considerados juntos, eles formam um todo harmonioso. Aí, cada fragmento torna-se indispensável porque dá sentido ao todo.

Aqui entra um aspecto importante para a ciência: a capacidade de abstração do ser humano. Ele é capaz de apreender, no plano do pensamento, o sentido do fragmento como parte do todo. Ele pode ser visto como possibilidade da manifestação do pensamento da pessoa, é passível de ser questionado enquanto elemento do mundo e do ser, elemento em processo constante de construção, em movimento de devir, não podendo se constituir como dogma; o fragmento se manifesta como gignômeno (as coisas que se tornam). Indo para a cidade, Paquot vai entendê-la da mesma maneira: como um todo que evolui sempre e, portanto, não está concluído. Para ele, a cidade europeia, por exemplo, é a cidade da modernidade que não procura sua unidade, formando uma totalidade em constante mudança, ela se constrói e se destrói de acordo com a velocidade das inovações técnicas e dos ciclos da economia capitalista.

Paquot (2002) utiliza a metáfora do pano para substituir a ideia de tecido urbano. Para ele, o pano pode ser dobrado, manchado, amassado, lembrando muito mais a topografia do que a ideia de tecido. O pano é resultado da urdidura e da trama, não é uniforme, não é plano, tem detalhes no seu acabamento. O fragmento, parte do pano, não é um princípio, mas um resultado, portanto, lembrando a justaposição

de territórios híbridos. Além do mais, o perigo que a cidade fragmentada representa é a exclusividade de grupos em relação a outros, transformando a cidade em áreas privadas diferenciadas, discriminantes. Ao considerar a fragmentação como resultado, a posição deste autor não se identifica completamente à nossa pois, ao tomá-la como processo, consideramos a fragmentação como resultado, mas também como condição.

No livro organizado por Navez-Bouchanine (2002), já citado, o texto de sua autoria oferece uma visão ampla das diferentes perspectivas, baseadas em vários autores, mostrando como é tratado o conceito de fragmentação, sempre relacionado, mas distinguível do de segregação.

Para nós, interessou especialmente a primeira parte intitulada “a fragmentação, um estado da arte”. Inicialmente, a autora trata da emergência da noção, por meio de alguns marcos históricos. No final dos anos 1980, o termo teve seu uso disseminado, mas já tinha sido utilizado nos anos 1960, em sentido mais restrito, para designar “o fracionamento horizontal e vertical na cidade em fase de suburbanização” (p. 19). Nos anos 1990, houve uma avalanche de estudos sobre o tema, o que em grande parte explica a polissemia aludida na seção anterior desse texto.

Contribuições sócio-econômicas, antropológicas e filosóficas visando “designar um fenômeno mais global, de maior envergadura” parecendo que a “fragmentação da sociedade urbana” sugeriria “uma cidade unitária, orgânica, solidária” e “sucida por um conjunto aleatório de formas sócio-espaciais ‘explodidas’, marcadas pelos processos de territorialização forte, não apenas recortados uns dos outros, mas recortados por um tipo de redução social e política” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 19).

Séguin (2011) pensa na mesma direção e acrescenta novo elemento, ao destacar a tendência de haver partes da cidade que revelam certa autonomização, em que pese a coexistência entre vários setores numa mesma cidade, como se houvesse: “...um mosaico de fragmentos não coordenados que se justapõem” (SÉGUIN, 2011, p. 69) ou, em outras palavras, é possível reconhecer, empiricamente, rupturas entre as diferentes partes da cidade quando a observamos pelo prisma de diferentes planos (econômico, social, político), como afirma GERVAIS-LAMBONY (2001), ou diferentes referências (classes sociais, locais de moradia etc).

Citando Lefebvre (1989), Navez-Bouchanine (2002) lembra que o conceito de fragmentação teria, como pano de fundo, a “planetarização do urbano” que “geraria uma forte homogeneização” que, por sua vez, “iria ao par com uma fragmentação do espaço social entre espaços de lazer, trabalho, residência e com um reforço das diferenciações socioespaciais” (LEFEBVRE, 1989, p. 40, grifos da autora).

Para esta autora, desde os estudos da escola de Chicago, a fragmentação tem sentido, quando o debate científico “começa a [se] tomar conta dos limites às virtudes supostas da proximidade e da ‘mistura’ social dos efeitos complexos, ora contraditórios, das injunções à ‘de-segregação’” (p. 63), quando a violência se manifesta como forma de reivindicação.

Tomando como referência a constatação de que há “polarizações socioespaciais acentuadas” (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2008), analisa-as em perspectiva espaço-temporal para não toma-las em si, como algo dado, mas reconhecê-las como transformação profunda que afeta a urbanização contemporânea.

Uma das bases dessas polarizações está no fato de que indivíduos ou grupos que têm certa identidade tendem a se agrupar em espaços comuns e marcados por elementos que designam ou congregam essa identidade, sendo que muitos desses espaços são apropriados exclusivamente (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002), a exemplo do que estamos observando por meio da existência crescente de espaços residenciais fechados e controlados por sistemas de segurança (SPOSITO e GÓES, 2013). Tais espaços revelam distância e separação, bem como, do ponto de vista da compreensão do que é a vida urbana, indicam grande afastamento da ideia de cidade como espaço de integração e como globalidade (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002).

Depois de realizar o inventário histórico das concepções de segregação e fragmentação, a autora mostra mais algumas concepções da fragmentação. Navez-Bouchanine (2002) (...) alerta: “de uma parte, fragmentação não é a única palavra a ser empregada nos diferentes sentidos aos quais ela remete” e, por outro lado, “a história da emergência de uma noção permite sugerir uma força da noção capaz de transcender todas as contradições” (p. 45). Com influência das políticas de planejamento urbano, a noção de fragmentação se torna objeto de estudos por tentar distinguir quais processos podem para isso

contribuir. No que concerne à cidade, “a fragmentação urbana se caracteriza pela ênfase direta sobre a questão da unidade e da repartição do espaço da cidade” (p. 47, grifo da autora). Por outro lado, é fonte do conceito, também, a fragmentação pela forma da cidade dada pela expansão e espalhamento dela. É abordado, ainda, a fragmentação socioespacial, construída a partir dos guetos, das comunidades fechadas e de enclaves territoriais.

Oferecendo elementos importantes para se chegar à substância desse processo, Prévôt-Schapira (2001) apresenta-o, de modo sintético e claro, associando-o a diferentes tipos de componentes. Eles seriam espaciais quando se referem a “desconexão física, descontinuidades morfológicas”. As dimensões sociais referem-se a “retirada comunitária, lógicas exclusivas” e as dimensões políticas teriam, como sustentação, a “dispersão de atores e autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana” (p. 34).

Tomados em si, os componentes e dimensões destacados só ganham contextualização espaço-temporal se analisados de modo vinculado a processo mais amplo associado à passagem da economia fordista para a economia flexível que não apenas traz consequências para a cidade, mas se apoia em novas lógicas que orientam a produção do espaço urbano. Esta é a compreensão de Salgueiro (2001), que reconhece a “cidade fragmentada em construção” por meio de:

- 1) perda da hegemonia do centro com a “multiplicação de novas centralidades”;
- 2) importância dos produtores imobiliários, com a produção de “áreas mistas”, destinadas a atividades de comércio, serviços e moradia;
- 3) aparecimento de “enclaves socialmente dissonantes no seio de tecidos com certa homogeneidade morfosocial”, havendo “contiguidade sem continuidade”;
- 4) aumento dos “fluxos complexos que cruzam o território”, dissociando-os das áreas por onde passam (fluxos materiais e imateriais) de outras áreas (p. 116).

Por fim, para deixar mais claro nosso ponto de vista, é importante justificar, ao finalizar essa parte da reflexão, porque acompanhamos o substantivo fragmentação do adjetivo socioespacial, uma vez que outros são adotados, como já frisamos: urbana, cultural, sociopolítica, política etc. Para nós, a fragmentação “tem sempre dupla determinação e expressão: espacial e social” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 303), tanto do ponto de vista material quanto em sua dimensão simbólica, revelando as práticas constituídas pelas novas formas de separação na cidade. Essa perspectiva se reforça pelo fato de que a cidade dispersa (em qualquer escala considerada, seja a metrópole ou a cidade média), é condição de “novos conteúdos e práticas” (SPOSITO, 2011, p. 140). Assim, além de dupla determinação e expressão, a fragmentação é constituída por movimentos que se articulam dialeticamente, o que reforça a ideia de processo.

## A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Reconhecendo a fragmentação como um processo geral, próprio da urbanização contemporânea, e entendemos que não é um conceito que se aplica a períodos pretéritos da vida urbana, é importante reconhecer particularidades desse processo em países da periferia do capitalismo, onde clivagens de diferentes matizes e formas acentuadas de diferenciação e desigualdade dão muitas tonalidades a ele.

Navez-Bouchaine (2002, p. 20) qualificou as cidades que denominamos como da periferia do capitalismo, como as cidades do Sul, tomando como referência a oposição Norte – Sul, herdeira das diferentes concepções de desenvolvimento que grassaram a partir dos anos de 1950, ou seja, tem relação com o par desenvolvimento – subdesenvolvimento. Ela destaca que a noção de fragmentação apareceu com usos quase simultâneos, tanto convergentes quanto divergentes nos países da periferia do capitalismo.

Ela inicia sua análise sobre a fragmentação no Sul, pelas cidades “duais”, privilegiando aquelas do Magreb, “de dois mundos” (colonial e indígena, ou cidade formal e cidade informal), subentendendo-se que já reconhece aí uma origem partida da cidade, embrião de certa fragmentação socioespacial. Para ela, a leitura dual das cidades do Sul levou à formação da “ideia de um corte, uma oposição entre duas partes tão diferenciadas e povoadas por populações diferentes” tanto “do ponto de

vista étnico” como “do ponto de vista sócio-econômico, cultural... que prescindia de unidade” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 22, grifo da autora).

Essa ideia da cidade dual está presente na construção teórica de inúmeros autores destacados, muitos dos quais fizeram leituras críticas da cidade, como Santos, Soja, Harvey, Paquot, Rémy. Ao justificarem a fragmentação social das cidades do Sul, para ela, esses autores reforçaram a ideia de que “o dualismo se impôs por muito tempo como uma grade de leitura social e espacial” (p. 22).

Assim, as cidades do Sul formam mosaicos ou quebra-cabeças, com visível separação das infraestruturas (qualidade e natureza delas), imperando o papel da distância, da separação e da desarticulação entre elas, e com a incidência de gigantescos negócios informais (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 59-60).

No entanto, a mesma autora, ao tratar do Sul, não o faz desarticulando-o dos processos globais, mas reitera as críticas direcionadas aos autores que indicou. Essa reiteração se comprova pelo fato de que “a passagem progressiva de uma análise espacial da cidade do sul do paradigma do dualismo colonial ou pós-colonial” pela leitura do “corte espacial” produz “duas chaves de leituras muito parciais da cidade” concernentes à “fragmentação espacial e socioespacial, cada vez mais associada à globalização”. A noção de globalização, para a autora, induz a “se perguntar sobre as transformações em uma escala mais ampla” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 27).

Justamente por essa razão, na literatura do Norte, como a anglo-saxônica, nos anos 1980, há uma divisão “patológica” da cidade ao mesmo tempo que o corte dual designa fatos das cidades do Norte (p. 28). Aqui, citam-se Soja, Harvey, Sassen e Marcuse, por exemplo, chegando a afirmar que “...a explicação dominante mira as transformações que afetam a produção, notadamente a produção industrial, na era do pós-fordismo como as dinâmicas particulares de espacialização que caracterizam a evolução socioeconômica” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 28).

Saltando do dualismo para a fragmentação, é reforçada a ideia de que a própria adoção do conceito no Norte apoiou-se em análises anteriormente feitas para o Sul. Navez-Bouchanine (2002) considera que, a partir do caso de Nova York, “uma perspectiva de ir além está aberta: de fato, a cidade global seria, ao mesmo tempo, dual e fragmentada; dual por oposição entre os segmentos nodais, do espaço conectado à economia global e, o resto, a saber o espaço das comunidades sem poder” (p. 31)

Sobre a França, nos anos 1960 e 1970, a fragmentação/secessão não era importante objeto de pesquisa, mas se tornou alvo de estudos por causa das pesquisas nas cidades do Sul (principalmente africanas). Portanto, dualismo e fragmentação estiveram “muito tempo fora do debate nacional quando a própria questão das diferenciações socioespaciais da cidade é uma questão importante e antiga tanto para os geógrafos quanto para os sociólogos” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 35).

Na França, nos anos 1990, estuda-se a fratura social e a espacialização da questão social. O interesse pela exclusão social cresce e o “... termo fragmentação acaba, todavia, por se difundir amplamente no meio da pesquisa urbana francesa nas acepções similares ao que se desenvolve internacionalmente” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 39).

No âmbito desse amplo espaço que a autora qualificou como Sul, recortamos a análise tratando da urbanização latino-americana para irmos nos aproximando, ainda mais, do que vem sendo o objeto de nossas pesquisas – cidades médias brasileiras. Consideramos muito didático o modo como Prévôt-Schapira e Pineda (2008) caracterizaram a fragmentação socioespacial neste parágrafo – e averiguaram que, consubstanciando os elementos espaciais, sociais e políticos destacados no parágrafo anterior, que são gerais, a fragmentação socioespacial pode ser vista no subcontinente latino-americano alcançando novo nível de particularização do processo que é geral:

1) pelo papel das políticas públicas e “dos novos modos de governança das metrópoles continentais”;

2) pelas “transformações associadas à globalização e às novas estratégias do management empresarial”;

3) pela “relação, muitas vezes contraditória, entre mudança social e evoluções da estrutura urbana” (PRÉVÔT-SCHAPIRA e PINEDA, 2008, p. 75).

É a terceira direção aquela privilegiada por nós, como já frisamos, mas ela não pode ser vista apenas em si, pois é necessário ter sempre em mente a indissociabilidade entre as três.

Estas dinâmicas foram identificadas em cidades médias estudadas em trabalhos anteriores: 1) “redefinição dos papéis da área central” e, a partir daí, “da centralidade urbana e interurbana” (como processo de reestruturação urbana); 2) “crescimento do número de enclaves”, espaços residenciais fechados associados ao ideal de segurança; 3) contiguidade sem continuidade associada à expansão territorial e à localização periférica de novos empreendimentos imobiliários de habitação, comércio e serviços (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 298).

A cidade fragmentada, entretanto, vem sendo estudada há mais tempo no Brasil. Já chamamos atenção sobre o livro de Santos (1990). Navez-Bouchanine (2002) refere-se a autores como Ribeiro e Santos Filho, por exemplo, como produtores de estudos sobre o Brasil. Há outros mais específicos, como o que ela conceitua como micro-fragmentação (Caldeira, 2000) e fragmentação securitária (Haeringer, 1991), o que demonstra que o refinamento dos estudos sobre a fragmentação, nesse país, também resultou em novas escalas de abordagem.

No Brasil, a fragmentação vem sendo estudada, desde Milton Santos, em diferentes escalas geograficamente concebidas. O conceito foi utilizado “tanto para designar a fragmentação do território nacional quanto a da cidade e que essa similitude de denominação envia, diretamente, a duas fontes de inspiração de análise geográfica” denominadas, uma de “neo-marxista e pós-moderna” e outra abordagem sobre os “efeitos de espacialização do capitalismo avançado”. Embora a sombra do dualismo esteja pairando sobre essas afirmações, elas são importantes para reiterar as características das cidades “do sul”, porque elas sustentam “as teses mais gerais dos efeitos da globalização nos países em desenvolvimento” (neste caso, o desenvolvimento no sentido de processo e não de estágio econômico). Por aí, do dualismo à fragmentação “a leitura da repartição urbana feita pelos brasileiros (...) aparece, portanto, ligada à questão econômica e à internacionalização do capital, da colonização à globalização” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 24). Como essas conclusões da autora se baseiam em poucos estudos – mais ligados às áreas metropolitanas – e foi efetuada há quase duas décadas, podemos concluir que não espelham o que se produz em termos mais amplos, no que concerne às diferentes dimensões de cidades no Brasil.

SPOSITO (2018) lembra que “um aspecto importante para a compreensão do processo de fragmentação socioespacial diz respeito ao princípio disjuntivo que comanda a produção e a apropriação dos espaços urbanos no âmbito do neoliberalismo, nos termos de Dardot e Laval” (2016). Neste caso, o neoliberalismo é entendido como “um sistema normativo global que favorece a disseminação da lógica capitalista em todas as relações sociais e todas as esferas da vida” porque “a subjetivação neoliberal (...) erode as bases da solidariedade, do compartilhamento e da coletividade, ao se sustentar em aspectos como a competição e a individualidade” (p. 8).

O processo de fragmentação socioespacial “leva à necessidade de ressignificação e de atualização da ideia de ‘direito à cidade’, como sugerem, em “termos de relação antitética”, CATALÃO e MAGRINI (2016).

## FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E PESQUISA

A título de síntese, buscamos nessa última seção composta como reflexões finais, retomar alguns pontos e, sobretudo, relacioná-los às pesquisas que estamos realizando e que geram essa discussão para nós.

A diversidade de concepções do conceito de fragmentação por meio de sua polissemia e multidimensionalidade, além de sua aplicação multiescalar, levam à necessidade de aprofundamento de sua compreensão para maior precisão conceitual. A partir do ponto de vista da periferia do capitalismo, onde nos situamos, e considerando-o como socioespacial, requer pesquisas para sua empiricização. Tanto na escala da rede urbana quanto na do espaço urbano, tanto a partir do urbano como da cidade, consideramos importante, como conclusão, lembrar que a fragmentação socioespacial entendida como processo mais geral, pode ser focalizada tomando-se como referência uma parcela da realidade urbana latino-americana, que pode ser estudada tanto nas metrópoles quanto nas cidades intermediárias ou pequenas. Isto não significa que tais parcelas possam ser vistas em si, uma vez que devem ser compreendidas à luz das dinâmicas que compõem a urbanização contemporânea. No caso brasileiro, mais especificamente, levar em consideração as diferentes formações socioespaciais poderá explicar as

particularidades dos múltiplos estratos da rede urbana. As singularidades das cidades, que permitem ver as particularidades delas em diferentes dimensões e escalas, possibilitam apreender similaridades e diferenças que podem expor a dinâmica, em termos amplos, do conceito (Sposito, 2018, p. 10).

Essas preocupações, permeadas por diferentes instrumentos metodológicos, poderão apontar para o aprofundamento do conceito e, mais do que isso, trazer à luz a diversidade da cidade na periferia do capitalismo como base em cinco dimensões empíricas eleitas em nossos trabalhos de investigação (habitar, trabalhar, consumir, circular e do lazer), para enriquecer o conceito de fragmentação socioespacial.

Nessa direção, a adoção do conceito requer a devida seleção de recortes analíticos por meio dos quais a pesquisa deve ser realizada, bem como o desenvolvimento de frentes metodológicas quali-quantitativas para que as investigações, no presente e no futuro, abranjam diferentes cidades, no Brasil ou em outro país.

Como janelas a partir das quais olhamos para a cidade e para a urbanização contemporânea, elegemos quatro recortes analíticos: a) centro, centralidade e mobilidade; b) cotidiano e práticas espaciais; c) espaços públicos; d) produção e consumo da cidade.

Esses recortes estão sendo orientados por objetivos:

1. Analisar a passagem da lógica socioespacial predominantemente centro-periférica para a lógica socioespacial fragmentária.
2. Interpretar a fragmentação socioespacial por meio das formas contemporâneas de diferenciação e desigualdade, a partir das práticas associadas ao cotidiano urbano.
3. Compreender os desdobramentos da lógica socioespacial fragmentária sobre o par espaço público-espaço privado.
4. Identificar e analisar o papel das instituições políticas, dos agentes econômicos hegemônicos e dos sujeitos sociais não hegemônicos na produção e consumo da habitação, sob a lógica socioespacial fragmentária. (SPOSITO, 2018, p. 10-11)

Do ponto de vista das frentes metodológicas que privilegiam dados quantificáveis, a elaboração de banco de dados que pode gerar tabelas, gráficos e mapas apontam para um caminho de uso consagrado na Geografia, que pode ser conduzido pela análise analítico-dialética. Igualmente uma cartografia tanto de base como de síntese auxilia na sistematização e representação das informações. Do ponto de vista qualitativo, há frentes metodológicas que estão sendo utilizados como: - grupos focais, - netnografia e análise de redes sociais, - percursos e suas representações, - entrevistas com cidadãos e agentes bem informados (Sposito, 2018).

Portanto, nossa concepção de fragmentação, como esperamos ter mostrado neste texto, assenta-se em compreensão de que este processo tem tanto elementos objetivos quanto subjetivos, tanto materiais como simbólicos, diferentes dimensões que requerem, além de mensuração, sobretudo sensibilidade e observação no processo de análise, por meio do qual há que se selecionar o essencial para se compreender dado processo.

## NOTA

1 - Tanto nesta introdução como no decorrer do texto, os autores não foram apresentados por ordem cronológica de suas publicações, mas buscamos articulá-los pela natureza de suas contribuições para o debate.

## AGRADECIMENTOS

Este texto está associado ao desenvolvimento da pesquisa financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), na modalidade projeto temático (processo 2018/07701-8), intitulada “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos”. Como é um projeto coletivo, sua construção é compartilhada com outros membros da equipe sediada no Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR). O

texto foi apresentado no XVII EGAL (Encuentro de Geógrafos de América Latina), realizado em Quito (Equador) em abril de 2019, no eixo temático Ciudad y transformaciones urbano-rurales.

## REFERENCIAS

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Can consumption mediate the right to the (fragmented) city? Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium, v. 7, n. 1, 2016, p. 19-32.

DARDOU, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016.

GERVAIS-LAMBONY, Philippe. La ségrégation dans la grande ville, un essai de définition. In: GERVAIS-LAMBONY, Marie-Anne (Éd.). Les très grandes villes dans le monde. Paris: Atlande, 2001, p. 33-38.

GUZMÁN R., Alejandro ; HERNÁNDEZ S., Kitziah M. La fragmentación urbana y la segregación social. Una aproximación conceptual. Revista Legado de Arquitectura y Diseño. Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, n. 14, 2013, p. 41-55.

HAERINGER, Philippe. "Mégapoles en images". In: VÁRIOS. Mégapoles et villes géantes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. Les illusions de la modernité. Le Monde Diplomatique, maio de 1989.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. "Emergence d'une notion: quelques repères historiques". In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 19-103.

PAQUOT, Thierry. "Ville fragmentée ou urbain éparpillé?". In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale. Paris: L'Harmattan, 2002, p.114-118.

POCHE, Bernard. L'espace fragmenté. Paris: L' Harmattan, 1998.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. Perfiles Latinoamericanos, n.19, p. 33-56, dez. 2001.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France; PINEDA, Rodrigo. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. Eure, vol. XXXIV, n.103, p. 73-92, dez. 2008.

RÉMY, Jean. "La fragmentation ou métamorphose de la ville". In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale. Paris: L'Harmattan, 2002, p.105-112.

RHEIN, Cathérine; ELISSALDE, Bernard. La fragmentation sociale e urbaine en débats. Information Géographique. V. 68, n. 2, 2004, p. 115-126. [http://www.persee.fr/doc/ingeo\\_0020-0093\\_2004\\_num\\_68\\_2\\_2939](http://www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_2004_num_68_2_2939). Acesso em 14/06/2016.

SALGUEIRO, Teresa. Lisboa, periferia e centralidades. Oeiras: Celta, 2001.

SANTOS, Milton. Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SÉGUIN, Anne-Marie. Les quartiers: des lieux de fragmentation ? Cahiers de géographie du Québec, v. 55, n. 154, p. 69-73, 2011.

SPOSITO, Eliseu S. Geografia e Filosofia. São Paulo : Editora Unesp, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação B.; GÓES, Eda M. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, M. Encarnação B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. Projeto de pesquisa. Presidente Prudente, 2018.